

1 Ata da 3ª Reunião Ordinária do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH BPSI) no ano 2 de 2020, realizada no dia 15 de setembro de 2020 (segunda-feira), às 14h, por videoconferência, 3 com a seguinte ordem do dia: 1- Abertura; 2- Aprovação das Atas da 2ª Reunião Ordinária e 1ª 4 Reunião Extraordinária do CBH BPSI em 2020; 3- Resolução sobre prorrogação de mandato e 5 adiamento do Processo Eleitoral por conta da pandemia; 4- Resolução sobre criação de Grupo 6 de Trabalho de Estudo de Desvios no RPS, aprovada ad referendum; 5- Apresentação do Atlas da 7 Região Hidrográfica IX, lançado pelo CBH BPSI; 6- Resultado do Edital de Sistemas de 8 Esgotamento Sanitário (SES) do CBH BPSI; 7- Assuntos Gerais; 8- Encerramento. Item 1 -9 Abertura: Reunião iniciada às 14h17 em segunda chamada pelo Diretor Presidente do CBH BPSI, 10 João Gomes (UENF). Item 2 - Aprovação das Atas da 2ª Reunião Ordinária e 1ª Reunião 11 Extraordinária do CBH BPSI em 2020: João Gomes colocou em votação a aprovação da pauta, que 12 fora aprovada por unanimidade. João Gomes comentou que a pandemia vem impondo 13 dificuldades, mas que se surpreendeu positivamente com a boa adaptação dos Comitês e 14 membros à nova rotina de reuniões online, que isso vem permitindo que o Sistema de Recursos 15 Hídricos não pare e conquiste avanços. Falou que na verdade o volume de reuniões até aumentou. 16 Falou que o tema do investimento de recursos do Comitê em ações de saneamento vai ser 17 abordado na presente reunião, bem como a questão do Plano de Bacia da Região Hidrográfica IX 18 (RH IX), do BPSI. Falou que o Plano de Bacia vai ficar muito bom devido ao grande esforço de todos 19 os envolvidos. Falou que conquistas importantes estão acontecendo, como o projeto para 20 regularização dos afluentes que poderão favorecer o Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (BPSI). 21 Disse também que será apresentado o Atlas, produto caseiro elaborado pela equipe da Agevap 22 que atua no BPSI, principalmente pelos estagiários e um capítulo pela Diretoria do Comitê do 23 Baixo. O Diretor Secretário, Carlos Ronald (Prefeitura de Campos dos Goytacazes) pediu para 24 apresentar as minutas das atas. Jair Felipe (UFRRJ) sugeriu aprovar sem a leitura, já que todos 25 receberam por e-mail com antecedência e porque a leitura deixa a reunião mais demorada e 26 cansativa, conforme sugerido na última reunião. Carlos Ronald falou que essa sugestão já foi 27 acatada e pediu para se manifestarem aqueles que possivelmente não tenham recebido as 28 minutas das atas. João Gomes destacou que uma das atas é da reunião que aprovou a criação da 29 conta reserva, fruto de um rico debate jurídico e que foi aprovada pelo CBH BPSI. Disse que todos 30 os interessados poderão consultar essas e outras atas, após aprovadas, no site do CBH BPSI. 31 Aparecida Vargas (ABRAGEL) perguntou se estão colocadas em discussão as duas atas de uma vez. 32 Carlos Ronald falou que nesse momento está em votação apenas a Ata da 1ª R. E. de 2020. Esta 33 Ata foi aprovada por unanimidade. Depois de apresentada a Ata da 2ª R. O. de 2020 na sala virtual, Carlos Ronald colocou em discussão. Jeferson Fernandes (OAB) pediu para verificar se ele estava 34



35 presente na 2ª R. O. Foi informado pela equipe da Agevap que não ele não estava presente. Jeferson Fernandes falou que, por não ter participado, se absteria de votar. João Gomes falou que 36 37 o Jeferson estava presente e pediu para corrigir a lista de presença. Pediu que Amaro confirmasse 38 na fala do Jeferson ao longo da reunião, o que foi confirmado. Pediu também que ao longo da Ata 39 constassem os nomes das Resoluções e uma breve explicação sobre elas. Aparecida Vargas pediu 40 espaço para depois solicitar ajuste nessa ata, de forma a deixar claro que sua participação nas reuniões do Comitê ocorre enquanto representante da Abragel, não como Presidente do CERHI. 42 Vicente Oliveira (IFF) falou no chat "para aprovação as alterações devem ser feitas durante a 43 reunião e não posteriori?". Aparecida Vargas falou que não mudaria o teor da ata, mas apenas da 44 sua denominação e respectivo cargo. Carlos Ronald falou que o pedido da Aparecida ficará 45 registrado em Ata e que, em não se tratando de mudança no teor das falas, a secretaria poderia 46 acatar as solicitações. Vicente Oliveira falou que ele fez uma pergunta e disse que até mesmo o 47 Jeferson Fernandes poderia se manifestar. Aparecida Vargas falou que existe um trecho em que 48 fala que "Aparecida Vargas irá encaminhar", e disse que não pode fazer isso enquanto Abragel, por 49 isso seria necessário ajustar o trecho. A solicitação da Aparecida Vargas foi aprovada por 50 unanimidade. A Ata da 2ª R. O. de 2020 foi aprovada por unanimidade. Item 3 - Resolução sobre prorrogação de mandato e adiamento do Processo Eleitoral por conta da pandemia: Carlos 52 Ronald pediu para Thaís Nacif (Agevap) fazer a leitura da Minuta de Resolução de Prorrogação de 53 mandato, que foi discutida e aprovada pela Câmara Técnica Consultiva (CTC) do CBH BPSI antes de 54 ser apresentada à Plenária. Explicou que o objetivo é garantir que, havendo impossibilidade de 55 reunião presencial do processo eleitoral no período determinado, fique autorizado prorrogar 56 legalmente o mandato para que o Processo Eleitoral seja realizado quando houver condições 57 sanitárias para tal. Disse que todos poderão fazer suas considerações após a leitura. Amaro Neto 58 (Agevap) fez a leitura. Jeferson Fernandes falou que particularmente é muito contrário a 59 prorrogações de mandato por considerar falta de legitimidade, mas que considera a atual situação 60 excepcional, apesar de que as eleições municipais serão realizadas mesmo durante a pandemia. Disse que fez uma breve pesquisa e disse que as prorrogações acontecem pelos Comitês a partir 62 de autorização pelo Conselho Estadual. Disse que no estado do Espírito Santo, por exemplo, isso ocorreu e perguntou como ficaria a questão no Estado do Rio de Janeiro. Falou que os fóruns 64 eleitorais do CBH BPSI nunca foram tão grandiosos a ponto de promover aglomerações e que talvez pudesse ser realizado como as plenárias vem sendo realizadas, ou seja, de forma remota. Falou 66 que o art. 1º traz "...comunicado oficial das autoridades governamentais que determinarem o fim das medidas de isolamento social...". Disse que no Brasil não deverá acontecer esse ato, e na verdade o Estado vai liberando atividades. Falou que o estado do Rio de Janeiro liberou cinemas e

41

51

61

63

65

67

68



70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

que, dependendo do filme, haveria mais público na sessão do que na reunião do processo eleitoral do Comitê. Disse que o isolamento acabaria com a vacina, mas que há dúvida quando terá vacina e se ela existirá. Perguntou se não há nenhuma possibilidade de realizar esse processo com as ferramentas de tecnologia disponíveis atualmente. Jair Felipe falou que concorda com o Jeferson que não se deve prorrogar mandatos e defendeu um esforço para reuniões online. Disse que a UFRRJ está se organizando para realizar uma eleição online. Falou que o Edital já é lançado online e que as reuniões poderiam também ser organizadas da mesma forma. Aparecida Vargas falou que existe a Resolução CERHI RJ nº 224, de 29/04/2020, que prevê realização de reuniões não presenciais, mas que não existe sobre prorrogação de mandato no âmbito do CERHI. Aparecida Vargas falou que, para viabilizar essa prorrogação, o CBH BPSI poderia, caso decida, solicitar manifestação do CERHI sobre o tema, como aconteceu em outros Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Disse que o CBH BPSI deveria apenas fazer a solicitação para a próxima reunião do CERHI, que está para acontecer. Aparecida Vargas falou que teria que ser analisada a viabilidade, tendo em vista que há um prazo regimental a ser observado para discussão, aprovação e lançamento do Edital do Processo Eleitoral. João Gomes falou que apenas o BPSI e outro comitê fluminense teriam mandatos vencendo esse ano e que por isso foi pensada essa possibilidade. Falou que essa discussão ocorreu dentro da CTC e que o Fórum Fluminense de Comitês (FFCBH) também decidiu pela prorrogação, bem como outros Comitês. Deu como exemplo os problemas enfrentados pelo CBH Baía de Guanabara (CBH BG) num processo semelhante. Explicou que esse é um procedimento que vem sendo adotado, mesmo que preliminarmente, pelos Comitês. Citou como exemplo a UENF, que não retornou com aulas presenciais. Falou que essa prorrogação tem objetivo de proporcionar uma ampla participação, pois alguns interessados podem ter problema com uso de tecnologias para participação de reuniões online. Falou que acha prudente fazer o processo eleitoral somente quando as universidades, escolas e órgãos públicos retomarem as atividades presenciais. Falou que o CBH BPSI pode enviar essa Resolução, caso aprovada, para o CERHI referendar ou não. Aparecida Vargas falou que o CERHI não iria referendar, mas que poderia discutir a autorização para prorrogação dos mandatos de forma geral. Falou que o CERHI recebeu três recursos sobre o processo eleitoral do CBH BG e que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) está com um problema pois utilizou termo "prorrogo" no lugar de "autorizo a prorrogação", já que essa é uma prerrogativa do próprio Comitê. João Gomes falou que acha que o CBH BPSI deve encaminhar essa solicitação ao CERHI. Aparecida Vargas falou que realmente ficou faltando o CERHI se manifestar sobre prorrogação de mandatos. Jeferson Fernandes falou que por questão de ordem, existem pessoas inscritas para falar. Disse que a conversa tomou um rumo sem ouvir as demais pessoas. Falou que respeitosamente pontua que é importante discutir e depois



104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

então tomar a decisão sobre o próximo passo. Vicente Oliveira falou que sua instituição se baseia em decretos do Governo do Estado e que as aulas e atividades da pós-graduação não foram interrompidas e que já se discute a volta dos demais com uso de tecnologia. Falou que não acredita que antes de abril já se tenha aplicação de vacina no Brasil, pois uma coisa é a produção, mas a distribuição e aplicação demandam ainda mais tempo. Falou que o Jeferson Fernandes falou algo bastante importante, pois não está definido de qual órgão ou ente deverá partir a decisão que norteará o CBH BPSI. Falou que as ponderações do Jeferson foram bem equilibradas e que vê necessidade de um órgão como CERHI dar um respaldo legal para aprovar essa resolução e tomar decisão com tranquilidade. Falou que é preciso seguir outra instância superior para não tomar decisão equivocada. Carlos Ronald falou que a construção dessa minuta de Resolução teve como objetivo a garantia da realização do Processo Eleitoral, e não da sua não realização. Explicou que inicialmente foi identificada a necessidade de adiar o início do Processo Eleitoral, com consequente necessidade de prorrogar o mandato para não haver vacância de diretoria e plenária. Disse entender que uma reunião presencial seria complicada de se realizar, tendo em vista a necessidade de fóruns dos setores. Falou que há uma particularidade na organização tripartite que evidencia a necessidade da reunião presencial para a composição do segmento e posteriormente da Diretoria. Falou que também poderia ser inserido na minuta dessa resolução a previsibilidade de realizar eleição virtual desde que existam as condições necessárias para tal. Jeferson Fernandes falou que é possível decidir antes se é possível ou não se fazer uma eleição. Disse que ainda precisaria de uma autorização do CERHI. Falou que está chegando ao final desse mandato e pode ser que o CERHI não tenha tempo para deliberar em tempo. Sugeriu trabalhar com as duas possibilidades, ou seja, também da possibilidade de realização do processo eleitoral, de forma virtual ou presencial. Questionou se é possível fazer ou não uma eleição dentro do mandato e se seria possível aguardar a manifestação do CERHI. Disse que se alguém que já é membro do Comitê, por exemplo, possui dificuldade de participar remotamente, essa plenárias já não deveriam estar acontecendo, pois estaria sendo cerceada a participação. Disse que, se for possível fazer o processo de forma virtual, não teria que se falar em prorrogação. E caso não seja possível fazer de forma virtual, seria preciso esperar ainda a manifestação do CERHI. João falou que estão sendo consideradas todas as falas, até do Prof. Vicente, que participou dessas discussões. Falou que defende a consulta ao CERHI, pois aguardava que o CERHI se manifestasse até mesmo sobre um ato do seu processo, que seria a posse. Falou que não é que não possa se fazer reunião virtual. Disse que o assunto foi discutido preliminarmente, a CTC foi consultada. Disse que a possibilidade de fazer reuniões online foi considerada e a Thaís Nacif disse que a Agevap estaria preparada para isso, mas que optou-se por propor adiar o processo para evitar problemas enfrentados por outras



138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

instituições do sistema. Falou que o procedimento da CTC foi coerente e responsável, de forma a evitar possíveis problemas do processo virtual. Explicou que buscou por mais justica e democracia em primeiro lugar. Thaís Nacif falou que o atual mandato vence em 24/11/2020 e que a proposta de Edital elaborada para o Processo Eleitoral observou as datas das eleições municipais. Falou que nesse documento estava prevista abertura do prazo de inscrições ainda no mês de setembro, justamente para se fugir das movimentações das eleições municipais. Falou que o Regimento Interno não traz prazos para edital, inscrições e outros. Falou que tudo isso será regrado pelo Edital. Aparecida Vargas falou que uma possível vacância seria da Diretoria e Plenária o que gera uma situação temerária por conta da cobrança pelo uso da água existente. Falou que se não há prazo no regimento, há uma maior possibilidade de lançar edital ainda dentro do prazo do mandato. Falou que poderia ser solicitada uma manifestação do CERHI em caráter de urgência. Falou que é preciso se preocupar muito com os prazos definidos em um possível edital. Jeferson falou que a possibilidade de vacância é uma responsabilidade da Diretoria, pois é sua atribuição observar prazos e trâmites administrativos. Aparecida Vargas falou que a Diretoria levou assunto a CTC. João Gomes falou que a CTC deliberou em reunião formal e que todos os membros da plenária foram convocados para a presente reunião com a minuta da pauta anexa. Jeferson Fernandes falou que não são todos os membros da plenária que compõem a CTC, por isso não tomou conhecimento desse assunto. João Gomes falou que a plenária é soberana e que sua decisão será encaminhada pela Diretoria. Thaís Nacif perguntou se a Aparecida Vargas saberia responder sobre um prazo médio para responder o CERHI receber a solicitação e agendar uma reunião. Aparecida Vargas falou que não poderia responder pois na presente reunião está representando a Abragel e que se coloca à disposição para, após essa reunião, tratar do assunto e esclarecer as dúvidas. Carlos Ronald falou que vai propor encaminhamentos e um deles é a consulta ao CERHI sobre possibilidade de autorização de prorrogação dos mandatos. Defendeu adoção de alternativas, pois é preciso considerar a realização do processo eleitoral virtual ou presencial. Falou que remete uma dúvida ao Jeferson: se na prorrogação por três ou seis meses poderia ter uma observação da necessidade de o Comitê se reunir num prazo mais curto para rediscutir as condições daquele momento e se decidiria ou não pela prorrogação do mandato. João Gomes propôs encaminhar ao CERHI o questionamento e solicitação da autorização de prorrogação para que o Comitê decida com respaldo por adiar ou não o processo. Jeferson Fernandes falou que quando se pede autorização para prorrogar fica subentendido que não é possível realizar o processo de forma virtual, por isso não considera adequada a prorrogação por um período de três meses, que pode virar seis, por exemplo. Falou que se o CERHI autorizar, poderia colocar em sua decisão elementos objetivos sobre prazo de prorrogação e argumentos



172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

para tal. Falou que se for tomada a decisão de prorrogar, seria necessário haver um fato novo para mudar a decisão e adotar a eleição, por exemplo. Carlos Ronald escreveu no chat "O fato novo, pode ser a retomada das reuniões presenciais do CBHBPSI e do próprio CERHI". Aparecida Vargas falou que poderia ser colocado no art. 3º que a resolução entraria em vigor a partir da autorização do CERHI para prorrogação". Jeferson falou que isso poderia ser feito. Aparecida falou que se essa Resolução for aprovada com alterações no art. 1º com prorrogação por seis meses. Após alterações a Resolução foi aprovada por unanimidade. Item 4 - Resolução sobre criação de Grupo de Trabalho de Estudo de Desvios no RPS, aprovada ad referendum: João Gomes explicou que essa resolução partiu de iniciativa da Redec Norte, na pessoa do Cel. Joelson. Explicou que a Resolução foi aprovada ad referendum pela Diretoria, mas que posteriormente a CTC fez considerações ao documento, que estão nesse momento sendo apresentadas. Ronald colocou em votação e a Resolução foi aprovada por unanimidade. Peterson Tostes escreveu no chat "Já podemos marcar a 1ª reunião deste grupo de trabalho?". Item 5 - Apresentação do Atlas da Região Hidrográfica IX, lançado pelo CBH BPSI: João Gomes apresentou o Altas lançado recentemente pelo CBH BPSI, que destacou que foi um trabalho "caseiro", feito pelos colaboradores da Agevap que atuam na secretaria executiva do CBH BPSI e no importante projeto da Sala de Monitoramento, que é a equipe técnica do Comitê. Item 6 - Resultado do Edital de Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) do CBH BPSI: Ednaldo Oliveira (Agevap) apresentou o ranking final do Edital de SES do CBH BPSI, que teve Itaperuna como primeiro colocado na Sub Região Paraíba do Sul com projeto contemplando todo seu Distrito Sede. Na sub região do Itabapoana o primeiro colocado foi o município de Varre-Sai (3 propostas) e São Francisco de Itabapoana. Vicente Oliveira parabenizou a equipe da UD4, especialmente ao Ednaldo, que foi o responsável por tocar esse edital até mesmo durante a pandemia e que certamente teve o apoio dos demais membros da equipe para tal. Ednaldo falou que foi um grande aprendizado para o CBH BPSI. Item 7 - Assuntos gerais: João destacou que sempre foi prioridade a questão dos sistemas de esgotamento sanitário e que o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) direciona a aplicação e que a diretoria pode lançar edital quando há disponibilidade de recursos. Falou que tem várias outras ações de menor porte em que a equipe vem atuando e são de desejo do CBH BPSI. Falou que essas ações são tocadas simultaneamente e que não interrompem os projetos maiores que desembolsam mais recursos. Vanuza Mota (Cedae) perguntou no chat "João, já foi feito um projeto básico e executivo de esgotamento sanitário em Santo Antônio de Pádua, como está o andamento desse projeto?". João falou que os três projetos que vinham sendo tocados há anos foram interrompidos pelo arresto. Ednaldo falou que o projeto de Rosal está avançando e em fase de contratação da empresa de topografia. Item 8 - Encerramento: A reunião foi encerrada às 17h33 pelo Diretor Secretário. A



presente ATA foi lavrada por Amaro Neto, Especialista Administrativo da AGEVAP – CBH BPSI, e
depois de aprovada será assinada pelo Diretor Presidente e Diretor Secretário do Comitê de Bacia
Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

João Gomes de Siqueira (UENF) Diretor Presidente

Carlos Ronald Macabu Arêas (P. M. de Campos dos Goytacazes) Diretor Secretário